

Ata N.º	14/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
MINUTA DA ATA N.º 14/2015 DE 07 DE AGOSTO

----- Aos **sete** dias do mês de **agosto** do ano de **dois mil e quinze**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima quarta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Dr.ª Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Eng.º João Reis Paulo, Vereador em Regime de meio tempo, Sr. Carlos Dias Mota, Vereador em regime de não permanência e a Sr.ª Dr.ª Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Cristóvão Malhada Ferreira, vereador em regime de não permanência, a pedido deste, por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro, conforme comunicação escrita registada em quatro de junho de 2015, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram onze horas, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

Período “Antes da Ordem do Dia”-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados o seguinte assunto: -----

----- **a) Empreitada de Requalificação na Ex-EN 323 – Troço: Vila Nova de Paiva-Alhais.** -----

----- O Sr. Vereador Carlos Mota observou que a execução dos trabalhos da obra em epígrafe está atrasada, o que causa sérios transtornos aos utentes e tempos de espera. –

----- O Sr. Presidente informou que a obra já era para ter terminado no passado dia 31 de julho. Alguns fatores contribuíram para o atraso, nomeadamente o atraso no visto do Tribunal de Contas. Entretanto a firma adjudicatária solicitou a prorrogação do prazo de execução da obra até 30 de setembro, mas que no entanto não irá ser prorrogada para além de 15 de setembro. -----

ORDEM DO DIA -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 17 de julho de 2015**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção das Sr.^{as} Vereadoras Delfina Gomes e Liliana Ferreira Soares por não terem estado presentes na reunião, aprovar o texto definitivo da ata.-----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos I, J, K, L, M, N, O e P em Vila Nova de Paiva”** – Processo n.º 263 – Adjudicatário: EMBEIRAL – Engenharia e Construção S.A. – Apreciação e votação medição de trabalhos normais n.º 7, no valor, excluído o IVA, de € 11.877,25 – Informação N.º 75-P-P/15, de 10-07-2015, da Divisão de Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). ----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento.-----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Conhecimento da 8.^a e 9.^a Alterações às Grandes Opções do Plano (GOP) e ao Orçamento para o ano financeiro de 2015**, aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 17 de julho de 2015, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **b) António Marques Ferreira**, de Vila Nova de Paiva, trabalhador com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a categoria de Assistente Técnica, da carreira geral de assistente Técnico – Por requerimento registado em 30 de junho de 2015 adere ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local aprovado pela Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro – Proposta de autorização para celebração de acordo de cessação do contrato de trabalho, tendo em vista a extinção do posto de trabalho. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 27 de julho do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) O n.º 5 do art.º 296.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em vigor desde 1 de agosto de 2014, prevê a possibilidade de serem regulamentados programas setoriais de redução de efetivos, por recurso à celebração de acordo de cessação de contrato, mediante portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das

Ata N.º	14/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

finanças e da Administração Pública e do membro do Governo que exerça poderes de tutela.

b) Através da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, entrada em vigor em 15 de outubro de 2014, foi regulamentado o programa de redução de efetivos a realizar no âmbito dos órgãos e serviços da administração local, designado por Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local (doravante Programa).

c) Os trabalhadores interessados que satisfaçam as condições de admissibilidade ao Programa devem apresentar o respetivo requerimento de adesão no período compreendido entre 15 de outubro de 2014 e 30 de junho de 2015.

d) Podem aderir ao Programa todos os trabalhadores da Administração Local que, em 14 de outubro de 2014, não se encontrassem a aguardar decisão de pedido de aposentação ou não se encontrassem numa situação de licença sem remuneração por período igual ou superior a 12 meses, e que reúnam no momento de adesão ao Programa, cumulativamente, as seguintes condições: (i) tenham idade igual ou inferior a 59 anos, (ii) sejam detentores de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e (iii) se encontrem pelo menos a cinco anos de atingir o limite de idade legal para aposentação que em cada caso lhes seja aplicável.

e) Pela rescisão do contrato de trabalho é atribuído aos trabalhadores uma compensação que é aferida pelas condições de remuneração e suplementos remuneratórios reunidas no mês anterior à data de produção de efeitos do acordo de cessação, sendo para o efeito considerada como idade relevante a detida pelo trabalhador à data de entrada do requerimento de adesão, e como tempo de trabalho relevante cada ano completo de antiguidade, independentemente da respetiva modalidade de relação jurídica de emprego público (com exclusão tempo de serviço que já tenha sido objeto de indemnização por cessação do contrato de trabalho), sendo calculado proporcionalmente em caso de fração de ano.

f) A compensação está isenta de contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, dado não haver direito a prestações por desemprego, pelo facto da celebração do acordo de cessação do vínculo de emprego público por mútuo acordo previsto no artigo 295.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, não configurar uma situação de desemprego involuntário caracterizável nos termos do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas.

g) Há lugar ao pagamento de IRS sobre o valor da diferença entre a compensação calculada nos termos do art.º 4.º da Portaria n.º 209/2014 e a

compensação que o trabalhador receberia caso a regra a aplicar fosse de um salário (remuneração base mais suplementos remuneratórios regulares, se existirem) por cada ano de antiguidade, como resulta da aplicação conjugada da alínea e), do n.º 3, e n.ºs 4 a 7, do artigo 2.º do Código do IRS. A compensação será taxada na totalidade nos casos em que o trabalhador tenha beneficiado de exclusão da tributação por IRS nos últimos 5 anos, ou venha a estabelecer novo vínculo laboral com o Município nos 24 meses seguintes à rescisão do contrato.

h) Não há lugar a desconto para a ADSE sobre o valor da compensação, podendo o trabalhador beneficiário da ADSE optar por manter a qualidade de beneficiário, nos termos das disposições conjugadas da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º e dos n.ºs 5 e 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 161/2013, de 22 de novembro, estando dependente do pagamento do mesmo montante que qualquer trabalhador em funções públicas, tendo por referência a remuneração auferida no mês anterior à data de cessação de funções.

i) No mês da cessação do contrato, para além da respetiva remuneração mensal e da compensação a pagar no âmbito do programa de rescisões, são ainda devidos aos trabalhadores os créditos resultantes da cessação do contrato de trabalho previstos no art.º 245.º do Código do Trabalho, por força da remissão operada pela alínea h) do art.º 4.º e n.º 1 do artigo 122.º, ambos da LTFP (remuneração por férias não gozadas e respetivo subsídio de férias).

j) Em conformidade com o art.º 11.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, conjugado com o n.º 4 do artigo 296.º da LTFP, a aceitação da rescisão impede o trabalhador de constituir nova relação de vinculação, a título de emprego público ou outro, incluindo prestações de serviços com os órgãos e serviços das administrações direta e indireta do Estado, regionais e autárquicas, incluindo as respetivas empresas públicas e entidades públicas empresariais e com quaisquer outros órgãos do Estado ou pessoas coletivas públicas, durante o número de meses igual ao quádruplo do número resultante da divisão do montante da compensação atribuída pelo valor de 30 dias de remuneração base, calculado com aproximação por excesso.

k) Por requerimento registado em 30 de junho de 2015 o trabalhador Sr. António Marques Ferreira aderiu ao Programa, doravante designado por Trabalhador.

l) O Trabalhador, nascido a 16 de setembro de 1955, é detentor de vínculo de emprego público com o Município conferido por contrato de trabalho em funções

Ata N.º	14/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

públicas por tempo indeterminado, estando integrado na carreira geral de Assistente Técnico, com a categoria de Assistente Técnico, a tempo inteiro, sendo remunerado entre a 1.ª e a 2.ª posição remuneratória, e nível remuneratório entre 5 e 7, da respetiva tabela remuneratória única da categoria de assistente técnico, a que corresponde o montante pecuniário atualmente em vigor de € 762,08 (setecentos e sessenta e dois euros e oito cêntimos), acrescendo o suplemento remuneratório de abono para falhas no valor mensal de € 28,76 (vinte e oito euros e setenta e seis cêntimos), não lhe sendo aplicável a redução remuneratória temporária prevista no n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, ocupando um posto de trabalho afeto à Unidade Social e Cultural (USC).

m) Conforme processo individual e de acordo com o informado pelos serviços municipais competentes:

- A taxa de bonificação a considerar é de 1,00, face à respetiva idade relevante aferida à data de registo do requerimento de adesão (59 anos);*

- O tempo de trabalho relevante totaliza 24 anos e 50 dias de antiguidade, aferido a 30 de junho de 2015;*

n) A compensação a atribuir, aferida pelas condições remuneratórias que o trabalhador reúne a 30 de junho de 2015, e calculada de acordo com o estabelecido no art.º 4.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, é a indicada no quadro seguinte, determinada nos seguintes termos:

Idade relevante (anos)	Tempo de trabalho relevante		Taxa de bonificação	Remuneração base, acrescida de suplementos remuneratórios (abono para falhas)	Remuneração base a considerar	Compensação a atribuir (1)
	Anos	Dias				
59	24	50	1,00	€ 790,84	€ 790,84	€ 19.088,51

*(1) Compensação = 1,00 x remuneração base a considerar x tempo de trabalho relevante
= 1,00 x € 790,84 x 24,137 = € 19.088,51*

Obs.: 50 dias:365 dias = 0,137, que acresce aos 24 anos.

o) A compensação definitiva é aferida pelas condições de remuneração reunidas no mês anterior à data de produção de efeitos do acordo de cessação.

Nesta conformidade, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere, ao abrigo da alínea a) do art.º 7.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro:

1.º) Autorizar a celebração de acordo de cessação do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a consequente extinção do respetivo posto de trabalho, com atribuição de uma compensação no valor de € 19.088,51 (dezanove mil e oitenta e oito euros e cinquenta e um cêntimos), aferida pelas condições remuneratórias reunidas pelo trabalhador a 30 de junho de 2015, e calculada de acordo com o estabelecido no art.º 4.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, sendo o valor da compensação definitiva aferido pelas condições de remuneração reunidas no mês anterior à data de produção de efeitos do acordo de cessação.

2.º) Aprovar a minuta do acordo de extinção de vínculo de emprego público anexo a celebrar com o trabalhador.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe.-----

----- **c) Regulamento do Programa Municipal de Apoio às Famílias para Incentivo à Natalidade e à Adoção, do Município de Vila Nova de Paiva** - Proposta de Aprovação Definitiva do Projeto do Regulamento para submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 05 de Agosto de 2015, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

a) Por deliberação tomada na reunião ordinária da Câmara Municipal que teve lugar no passado dia 5 de junho de 2015, foi aprovado o Projeto do Regulamento do Programa de Apoio às Famílias para Incentivo à Natalidade e à Adoção, e submetido a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias, nos termos previstos no art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e em obediência ao princípio da participação consagrado no art.º 12.º do CPA.

b) O Projeto do Regulamento foi publicado pelo Edital n.º 545/2015 na 2.ª Série do Diário da República n.º 117, de 18 de junho de 2015, e apostado no sítio da Internet do Município, tendo o prazo da consulta pública decorrido até ao passado dia 18 de julho de 2015, constatando-se não terem sido apresentadas quaisquer sugestões.

Nessa conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere

Ata N.º	14/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

aprovar, em proposta, o Projeto do Regulamento do Programa de Apoio às Famílias para Incentivo à Natalidade e à Adoção, do Município de Vila Nova de Paiva, constante em Anexo, para submissão à apreciação e aprovação definitiva pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, para posterior publicação na 2.ª Série do Diário da República, conforme art.º 139.º do CPA. ”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe, a submeter a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **d) Regulamento de Gestão, Funcionamento e Utilização das Instalações das Piscinas Municipais de Vila Nova de Paiva** - Proposta de Aprovação do Projeto de Regulamento para submissão a consulta pública. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 05 de agosto de 2015, com a Nota Justificativa do seguinte teor integral: -----

1. A prática de atividades desportivas constitui um importante fator de equilíbrio, bem-estar e desenvolvimento da sociedade, com inegáveis benefícios para a saúde dos cidadãos, e que mereceu consagração constitucional no artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa (CRP).

2. No âmbito das políticas públicas de promoção da atividade física, prescreve o art.º 6.º, n.º 1, da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, alterada pela Lei n.º 74/2013, de 6 de setembro, que incumbe também às autarquias locais “a promoção e generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos”, estipulando no n.º 2 do mesmo artigo que, para o efeito, deverão ser adotados programas que visem, nomeadamente, “criar espaços públicos aptos para a atividade física” e “incentivar a integração da atividade física nos hábitos de vida quotidianos, bem como a adoção de estilos de vida ativa”.

3. Nesse sentido, as Piscinas Municipais cobertas, sitas ao Lugar da Pedralva na vila de Vila Nova de Paiva, concluídas em finais de 2001, dotadas com uma piscina para a prática da natação e atividades conexas e um tanque de aprendizagem da natação, e recentemente com uma sala polivalente para a prática de atividades físicas e de bem-estar, são uma importante infraestrutura municipal de utilização coletiva para a prática da natação e atividades conexas, que em muito beneficiária as camadas jovens e a população em geral.

4. Importa, proceder à elaboração de um regulamento municipal, nos termos da lei, que embora iniciado há alguns anos atrás não foi concluído em definitivo, tendo em vista agilizar, otimizar e regular a utilização das referidas instalações por

todos aqueles que procuram a realização da prática da natação e outras atividades de bem-estar físico, definindo-se para o efeito um adequado regime de gestão, funcionamento e de utilização das instalações das Piscinas Municipais.

5. A legitimidade e legalidade do poder regulamentar das autarquias locais emana e está expressamente previsto nos artigos 112.º, n.º 7, e 241.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), estando tal poder atualmente disciplinado no regime jurídico das autarquias locais (doravante RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, e alterada pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 de julho.

6. De acordo com o art.º 2.º do referido RJAL, constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º, ambos da mesma lei.

7. O desporto e tempos livres constituem um dos domínios de atribuições expressamente previsto para os municípios conforme alínea f), do n.º 2 do artigo 23.º do RJAL, e de acordo com a alínea ee), do n.º 1, do art.º 33.º do mesmo regime jurídico, é competência da Câmara Municipal, no âmbito das suas competências materiais, designadamente, criar, construir e gerir instalações, equipamentos e serviços integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal.

8. Como se trata de um regulamento autónomo com eficácia externa, a respetiva aprovação compete à assembleia municipal, conforme alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º do RJAL, sendo competência da câmara municipal a sua elaboração e submissão à assembleia municipal, como estabelece a alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º, do mesmo regime.

9. A regulamentação em causa impõe deveres e sujeições aos utentes das Piscinas Municipais, pelo que em obediência ao princípio da participação consagrado no art.º 12.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e de harmonia com o disposto no art.º 101.º do mesmo código, deverá ser elaborado e aprovado projeto de regulamento a publicar na 2.ª Série do Diário da República para efeitos de consulta pública, tendo em vista a recolha de sugestões.

Nesta conformidade e face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º, do RJAL, delibere:

Ata N.º	14/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

1.º) Aprovar a presente Proposta e o Projeto de Regulamento de Gestão, Funcionamento e Utilização das Instalações das Piscinas Municipais de Vila Nova de Paiva, anexo.

2.º) Autorizar a submissão do referido projeto do regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias, com publicitação na 2.ª Série do Diário da República, e no portal do Município, nos termos previstos no art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, dada a natureza da matéria objeto da regulamentação e em obediência ao princípio da participação consagrado no art.º 12.º do mesmo CPA. ”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta, devendo o Projeto de Regulamento ser submetido a consulta Pública nos termos legais. -----

----- **e) Quinta Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de dezembro de 2010** – Aprovação do Projeto de Alteração para submissão a consulta pública. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 05 de agosto de 2015, com a Nota Justificativa do seguinte teor integral: -----

“1. O complexo das Piscinas Municipais, sitas no lugar da Pedralva, na vila de Vila Nova de Paiva, da freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas, do município de Vila Nova de Paiva, dotado com uma piscina coberta para a prática da natação e atividades conexas e um tanque coberto de aprendizagem da natação, e recentemente com uma sala polivalente de ginástica para a prática de atividades físicas e de bem-estar, é uma importante infraestrutura municipal de utilização coletiva para a prática da natação e atividades conexas, que em muito beneficiará as camadas jovens e a população em geral, cujas normas de gestão, de funcionamento e de utilização estão definidas em regulamento municipal em curso para o efeito.

2. O Regulamento e Tabela de Taxas em vigor aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de dezembro de 2010, alterado pelos Editais n.ºs 427/2011, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 89, de 9 de Maio de 2011, 267/2013, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 53, de 15 de março de 2013, 451/2013, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 90, de 10 de maio de 2013, e 218/2014, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 52, de 14 de março de 2014, não prevê quaisquer taxas municipais pela utilização das instalações das piscinas municipais.

3. A alínea e), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, prescreve que as taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos municípios, designadamente, “... pela gestão de equipamentos públicos de utilização coletiva.”

4. Nesta conformidade importa criar e fixar os respetivos quantitativos das taxas municipais pela utilização das instalações das Piscinas Municipais, por alteração ao Regulamento n.º 890/2010.

5. A Assembleia Municipal é o órgão com competência regulamentar para a criação de taxas municipais, bem como para a fixação dos respetivos quantitativos, como estipula o n.º 1 do art.º 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, conjugado com a alínea b), do n.º 1, do art.º 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, sob proposta da Câmara Municipal ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do mesmo regime.

6. A alteração regulamentar em causa impõe encargos e deveres aos utentes das Piscinas Municipais, pelo que, em obediência ao princípio da participação consagrado no art.º 12.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e de harmonia com o disposto nos artigos 117.º e 118.º do mesmo CPA, deverá ser elaborado e aprovado, pela Câmara Municipal, um projeto de alteração do regulamento a publicar na 2.ª Série do Diário da República, destinando-se tal publicação à audiência de interessados e à apreciação pública da alteração do regulamento, para recolha de sugestões.

7. Posteriormente, analisadas as sugestões, a Câmara Municipal aprova a alteração regulamentar, em proposta, que submeterá à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

8. No Anexo III à presente alteração é apresentado o Estudo das taxas municipais a aplicar na utilização das instalações das Piscinas Municipais, em conformidade com o disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro. Contudo atendendo às características socio-demo-económicas do Município e à necessidade de incentivar a prática das atividades desportivas, no caso a natação e atividades conexas, bem como a atividade física e o esforço físico, dirigidas à população em geral e, em particular, às camadas jovens e à população sénior, importa amenizar o valor das taxas a aplicar.

Ata N.º	14/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

Nesta conformidade e face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º, do RJAL, delibere:

1.º) Aprovar a presente Proposta e o Projeto da 5.ª Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de dezembro de 2010, em Anexo II.

2.º) Autorizar a submissão do referido Projeto de Alteração a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias, com publicitação na 2.ª Série do Diário da República, e no portal do Município, nos termos previstos no art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, dada a natureza da matéria objeto da regulamentação e em obediência ao princípio da participação consagrado no art.º 12.º do mesmo CPA.”

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta, devendo o Projeto de Regulamento ser submetido a consulta Pública nos termos legais. -----

----- f) Regulamento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Componentes de Apoio à Família (FAF) do Município de Vila Nova de Paiva – Proposta de Aprovação do Projeto do Regulamento para submissão a consulta pública.-----

----- Este assunto foi retirado da ordem do dia pelo Sr. Presidente.-----

----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente minuta ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente da Câmara e por mim que a secretariei. -----
